

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2015**  
**(Do Sr. VENEZIANO VITAL DO RÊGO)**

Dispõe sobre a dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda de valores dispendidos na aquisição de livros técnicos e participação em congressos científicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

II - .....

.....

j) a aquisição de livros técnicos afetos à área de atuação profissional do contribuinte, até o limite anual definido na alínea “b” deste inciso, comprovada a despesa e sua vinculação profissional por meio idôneo;

k) a participação, com ônus próprio, em congressos científicos afetos à área de atuação profissional do contribuinte, até o limite anual definido na alínea “b” deste inciso, e abrangidos todos os gastos com inscrição, deslocamento e hospedagem, comprovadas as despesas e sua vinculação profissional por meio idôneo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte à sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa autorizar a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas comprovadamente efetuadas por profissionais em geral na sua formação e atualização, notadamente na aquisição de livros técnicos e participação em eventos científicos.

O objetivo do projeto é estimular a constante atualização profissional dos contribuintes brasileiros.

Observe-se que há projetos de lei em trâmite nesta Casa que permitem deduções dessa natureza para professores universitários e do ensino básico. Apesar do mérito dessas propostas, bem como do mérito dos próprios educadores, entendemos que a dedutibilidade dessas despesas deve ser estendida para todos os contribuintes em prol da formação profissional global de todos os brasileiros.

Sequer seria preciso, mas é conveniente, salientar que as despesas governamentais – ainda que de caráter tributário – na formação profissional não se mostram meramente um gasto. Tratam, na verdade, de investimento nas gerações futuras que se beneficiarão das atuais políticas de valorização do processo educativo.

Tanto para a aquisição de livros quanto para a participação em congressos, escolheu-se fixar o teto de dedução idêntico àquele aplicável às demais despesas pessoais do contribuinte com educação.

Firmes nessas convicções, confiamos na aprovação da proposição pelos eminentes Pares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO